PAISAGEM, CIDADE E PLANEJAMENTO

Desafios das políticas territoriais integradas

Leonardo Barci Castriota (UFMG e ICOMOS)

Vanessa Gayego Bello Figueiredo (FAU PUC-Campinas e ICOMOS)

RESUMO GERAL

Encampando a provocação proposta pela temática deste XVIII ENANPUR, que visa discutir o atual momento de desenvolvimento e crise, a tempo de resistir e a "tempo de caminhar por novas trilhas", vislumbrando caminhos ao planejamento urbano e regional, esta sessão debaterá as necessárias interfaces entre as políticas de planejamento territorial integrado e as de preservação da paisagem e dos patrimônios culturais, por meio da atualização conceitual incitada pelo novo paradigma da paisagem cultural.

O progressivo alargamento daquilo que é considerado objeto de interesse para a preservação, que passou do monumento, como elemento isolado e destacado (natural ou construído), aos conjuntos arquitetônicos e urbanos, centros e cidades históricas reconhecidos em seus valores estéticos e históricos – e, recentemente, aos patrimônios imateriais e à paisagem em diversas escalas territoriais (unidades intraurbanas e sistemas regionais de paisagem), agregando outros valores (antropológicos e de uso) rumo ao reconhecimento da diversidade cultural – cria novas questões e, portanto, novos desafios ao reconhecimento e à gestão.

O conceito de paisagem cultural propõe congregar estes vários aspectos e abordagens correntes no campo da preservação cultural, considerando sua interdisciplinaridade e a necessidade de superação da fragmentação ainda praticada. Partindo-se de uma concepção mais alargada e integradora entre a ação do homem e a natureza e entre os patrimônios material e imaterial, adotar a paisagem como patrimônio promove, ao passo que admite, o constante movimento e as relações inseparáveis e complementares entre conceitos e abordagens de diversos campos do conhecimento – da história, da arqueologia, da arte, da arquitetura, do urbanismo, do planejamento territorial, da sociologia, da antropologia, da cultura, da geografia, da etnografia, da ecologia, da biologia, do turismo, da ciência política – e suas correspondências no meio físico, seja nos objetos móveis, na edificação ou no território – urbano, rural ou natural. Tal como coloca a Recomendação R(95)9 do Conselho de Ministros da Europa (1995), deve pressupor a ação integrada do planejamento e gestão territoriais com as políticas ambientais e sociais, sobretudo em suas dimensões culturais e econômicas. Deve também conjugar a política de preservação ao processo dinâmico de desenvolvimento das cidades, o que implica necessariamente em não impedir as mudanças, mas em direcioná-las a favor dos patrimônios e, portanto, trabalhar na perspectiva do planejamento e desenvolvimento sustentáveis.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: **kBa3g9JWWHWa**

Pretende-se, por meio da apresentação e debate dos trabalhos institucionais, pesquisas e estudos de casos, refletir sobre aqueles que nos parecem ser alguns dos atuais desafios das políticas públicas integradas, especialmente as de planejamento, preservação cultural e ambiental e participação social:

1. primeiramente o de compreender a abordagem da paisagem cultural como conceito e uma nova epistemologia do campo e não simplesmente como uma nova categoria de patrimônio, como vem praticando a UNESCO;

2. o de superar a fragmentação e as oposições ainda praticadas no campo da preservação cultural, sobretudo quanto ao que se reconhece e se gerencia como patrimônio natural e cultural, material e imaterial;

3. o de empreender o reconhecimento e a gestão das paisagens culturais em sua totalidade sistêmica e complexa;

4. o de compreender territorialmente os patrimônios, incluindo-os como elementos estruturadores nas políticas de planejamento territorial intraurbano e regional;

5. as contraposições entre a patrimonialização de paisagens identificadas e valoradas como "excepcionais" ou "representativas" e aquelas ordinárias e cotidianas tratadas como unidades de um território culturalmente marcado, constituindo um recurso favorável à gestão territorial de maneira geral, para além do reconhecimento oficial enquanto patrimônio;

6. o de pensar a preservação também pelo seu oposto dialético, a transformação;

7. o desafio de tratar o patrimônio de forma viva e dinâmica nas cidades, incluindo os usos, identidades e apropriações sociais, construindo uma nova relação das comunidades com os seus referenciais de herança coletiva e prática cultural, reinserindo-os como parte da vida urbana, das relações cotidianas e da paisagem;

8. o de verificar como a proximidade da relação entre identidade, território e paisagem vem imputando aos planos urbanos e regionais um novo direito, o direito à paisagem, e um consequente exercício de cidadania ligado à luta e usufruto deste direito, a integração da percepção e da participação pública, uma *cidadania paisagística*;

9. inexoravelmente, os dois desafios anteriores, incitam a ampliação da participação das comunidades no reconhecimento e gestão dos patrimônios e das paisagens, para além da tradicional participação daqueles que detém o chamado "notório saber", típica da representação que compõe os órgãos de preservação brasileiros; incorporar a percepção como elemento fundamental da paisagem (como faz IFLA ou a Convenção Europeia da Paisagem) criam uma nova dimensão do conceito e do processo de planejamento.

10. por fim, o imenso desafio de construir um sistema sustentável de gestão, com estruturas que possibilitem o compartilhamento intersetorial (entre os diversos setores de um mesmo nível de governo) e interinstitucional (entre as três esferas de governo), a transdisciplinaridade, a conjugação de instrumentos e o planejamento territorial com forte participação cidadã.

A sessão proposta foi concebida de forma a criar um equilíbrio entre o exame do conceito e a sua aplicação prática, enfocando os avanços e problemas junto ao campo do planejamento urbano e regional. Esta forma de abordagem permite a discussão teórica integrada com os mecanismos de gestão do território e da paisagem, o que se torna visível na apresentação de estudos de casos práticos. Nesse sentido, os estudos de casos e experiências selecionadas para este debate apontam uma visão panorâmica destas questões e desafios no Brasil e no exterior.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa

Durante a sessão serão debatidos os desafios e questões teóricas e práticas enfrentadas em cinco casos:

1. Pelo IPHAN e pela Prefeitura do Rio de Janeiro diante da elaboração do Plano de Gestão da Paisagem Cultural do Rio, chancelada pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO em 2012, associada ao debate do plano diretor municipal e da revisão das portarias federais de Jacarepaguá, Jardim Botânico e Joa – Joatinga (projeto PRODOC);
2. A recente experiência da Fábrica de Restauro em curso no tradicional bairro do Bixiga em São Paulo, que busca articular a preservação cultural com o planejamento urbano do bairro de forma participativa;
3. A experiência recente de revisão do arcabouço urbanístico de Campinas-SP (2016), apresentará a metodologia específica criada para identificação de paisagens culturais e como puderam constituir um sistema estruturador ao planejamento territorial integrando desenvolvimento socioeconômico e cultura via plano diretor e lei de uso e ocupação do solo.
4. Duas experiências internacionais realizadas em Londres e na Holanda, análise e gestão do território a partir da leitura da paisagem, por meio de metodologias específicas, como o HLC - *Historic Landscape Characterization* inglês e Belvedere Memorandum holandês;
5. E, por fim, o último trabalho apresentará a metodologia do HLC - *Historic Landscape Characterization* aplicada ao caso do bairro da Lagoinha em Belo Horizonte.

O exame crítico dessas experiências nacionais e internacionais visa promover uma discussão sobre os desafios, entre limites e possibilidades, da abordagem da paisagem e da paisagem cultural para formação de políticas públicas territoriais integradas no Brasil.

PLANO DE GESTAO DA PAISAGEM CULTURAL DO RIO DE JANEIRO – PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

Antonio Hoyuela Jayo (ICOMOS e consultor do IPHAN e UNESCO – Comitê do Patrimônio Mundial)

Rafael Winter Ribeiro (Depto. Geografia-UFRJ e ICOMOS)

A inscrição do Rio de Janeiro na Lista de Patrimônio Mundial, primeira paisagem cultural urbana reconhecida, coloca uma série de problemas e abre espaço para inovações. Seu plano de gestão, entregue dois anos após a inscrição, baseado numa perspectiva integradora e adotando os princípios da abordagem de Paisagem Urbana Histórica (HUL) de 2011, coloca como ponto central a construção de uma rede de gestão integrada e participativa, interligada com a gestão da cidade como um todo (meio ambiente, urbanismo, transporte...) que apresenta aspectos novos para a gestão urbana e do patrimônio cultural no Brasil.

Além da gestão participativa, o segundo eixo está na produção de ferramentas de conhecimento e monitoramento. A partir da integração do patrimônio natural, do espaço público e dos bens culturais, a proposta pretende repensar os componentes do patrimônio cultural desde a perspectiva da paisagem.

Nesse contexto, e a partir do reconhecimento dos valores culturais, ambientais, artísticos, naturais, estéticos, simbólicos... foram criados cinco níveis de aproximação: os bens, a propriedade, a ambiência cultural, as unidades da paisagem e os sistemas territoriais patrimoniais, e diretrizes com diferentes graus de aplicação (plena, básica e orientativa). O objetivo final é criar um instrumento flexível, orientando a pactuacão das políticas públicas, e

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa

que envolva os diferentes atores e instrumentos (planos diretores, de manejo, estratégicos...) num processo participativo e transdisciplinar.

GESTÃO INOVADORA DE BAIRROS HISTORICOS – Fábrica de Restauro no BIXIGA - SP

Nadia Somekh (FAU Mackenzie –SP e ICOMOS)

Tanto a abordagem da paisagem cultural quanto o conceito de patrimônio ambiental urbano, as cartas patrimoniais que propõem a democratização do patrimônio cultural, envolvendo as comunidades herdeiras, bem como a efetiva salvaguarda da nova herança cultural estimulam a criação de instrumentos inovadores, que articulem Políticas incompletas e fragmentadas. Estas questões nos conduziram ao conceito de *Patrimônio Inclusivo*. O Bairro do Bexiga, tradicionalmente excluído de planos e projetos urbanos, por ser composto por operários, pobres, negros, italianos e anarquistas, teve seu casario, pelas mesmas razões de exclusão, preservado da febre imobiliária de São Paulo no século 20. A principal intervenção no bairro rasgou seu quadro construído dividindo-o em duas partes, separadas por vias expressas durante os anos autoritários de implementação do PD71 eminentemente rodoviarista. A aposta é que a sensibilização para o patrimônio e a participação no espaço público, mediada pela construção coletiva de projetos urbanos, possa trazer perspectivas de preservação da memória e ações de trabalho criativo. É possível articular preservação do patrimônio cultural com o desenvolvimento urbano? Nesse sentido a experiência iniciante da Fábrica de Restauro do Bixiga é uma aposta na construção de ações coletivas que em conjunto promovam projetos urbanos com inclusão social.

PLANO DIRETOR E PAISAGENS CULTURAIS EM CAMPINAS: DESAFIOS AO PLANEJAMENTO TERRITORIAL INTEGRADO

Vanessa Gayego Bello Figueiredo (FAU PUC-Campinas e ICOMOS)

Se o conceito da paisagem cultural é recente, é ainda mais inédita sua conjugação às políticas urbanas. Partindo desta visão simbiótica, onde o valor de uso é posto em destaque, buscou-se identificar as características culturais associadas ao território, objetivando orientar o desenvolvimento para que as transformações urbanas sejam direcionadas a favor dos patrimônios. Os estudos resultaram em leituras de conjunto articulando o reconhecimento dos bens naturais e dos bens culturais materiais e imateriais, identificando seus significados e apropriações, bem como suas vocações econômicas atuais, a partir de uma perspectiva histórica e evolutiva. Esta experiência foi estimulada pela revisão do plano diretor e Lei de Uso e Ocupação de Campinas-SP, onde foram identificadas 15 paisagens, desde rurais à urbanas e ferroviárias. Estas análises conduziram as decisões sobre as formas de ocupação e desenvolvimento urbano do território campineiro, sendo incorporadas como um *sistema estruturador* e como *zonas especiais* no arcabouço legal. Este trabalho acrescentou, ademais, valor sociocultural e de sustentabilidade às propostas de planejamento e gestão, almejando a

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa

construção de políticas integradas e participativas, inclusive para além do que preconiza o Estatuto da Cidade, cujo foco está na reforma urbana, mas ainda não nas questões de uso cultural do território.

PAISAGEM COMO ELO ENTRE A CONSERVAÇÃO E O PLANEJAMENTO – HLC E BELVEDERE MEMORANDUM

Flavio de Lemos Carsalade (UFMG – Escola de Arquitetura e ICOMOS)

Laura Beatriz Lage (UFMG – Escola de Arquitetura/Diretoria de Patrimônio Cultural – FMC/PBH)

As transformações ocorridas nas paisagens cotidianas, sem preocupação com o pré-existente, perdendo qualidade ambiental e estética, contribuem com a criação de espaços sem *stimmung*, impossibilitando a *trajectiva* entre o sujeito e o objeto, de onde surge a paisagem. Esse fenômeno se relaciona com a dicotomia existente entre os vários campos do conhecimento que lidam com as transformações e permanências no espaço, estabelecidas pelo paradigma da ciência moderna. A discussão discorrerá especialmente entre os campos da preservação cultural e do planejamento territorial. Assim, a paisagem, conforme abordada pela Convenção Europeia da Paisagem (CEP), é entendida como uma possibilidade de restabelecer a conexão do homem com o meio, possibilitando a integração de abordagens disciplinares consideradas discordantes e possibilitando a preservação via desenvolvimento. O incômodo com a transformação de paisagens e a substituição de seus elementos por outros que não possuem relação com o lugar é presente na CEP, assim como no *Belvedere Memorandum*, plano de gestão territorial holandês (1999-2009). Devido à forte conexão das pessoas com seu território, metodologias de identificação das paisagens para guiar futuros desenvolvimentos foram implementadas, como no caso do *Historic Landscape Characterisation* (HLC), na Inglaterra. Esses dois casos serão abordados mostrando como a paisagem pode ser o elo entre a preservação do patrimônio e o planejamento territorial.

UM ENSAIO DE CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM URBANA: O BAIRRO DA LAGOINHA – BELO HORIZONTE

Leonardo Barci Castriota (UFMG – PPG-ACPS e ICOMOS)

A ideia de paisagem cultural tem aberto novos horizonte para o campo da preservação do patrimônio, servindo inclusive para trazer novas perspectivas quando aplicada a categorias tradicionais da área como a de conjunto histórico. Ao permitir compreender as interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial desses conjuntos, muitas vezes ignoradas, essa ideia torna possível também a proposição de estratégias integradas de conservação urbana. Este trabalho vai apresentar a leitura que se fez da paisagem do bairro da Lagoinha em Belo Horizonte, utilizando-se como base a metodologia da *Historic Landscape*

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa

Characterization (HLC), utilizada na Grã-Bretanha há mais de duas décadas, que possibilita a criação de modelos espaciais detalhados relacionados à mudança da paisagem histórica. Inicialmente desenvolvida no âmbito da Arqueologia para análise de ambientes rurais a essa metodologia foram se agregando novos elementos, tendo se desenvolvido em 2012 o primeiro HLC urbano, que trabalhou as diversas interfaces com a arquitetura, preservação do patrimônio e planejamento urbano. O trabalho realizado no bairro da Lagoinha, em parceria com a Prefeitura Municipal, permitiu identificar e registrar permanências e transformações na paisagem, bem como serviu para a realização de proposições de conservação e planejamento urbano para a região.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: **kBa3g9JWWHWa**